

91 JUL 1987

# Os riscos do reaquecimento

No decorrer desta semana, surgiram indicações de que a economia já estaria vivendo momento novo, caracterizado pela reativação das vendas, em alguns setores. Alguns empresários contribuíram para fortalecer tal impressão, divulgando números cuja interpretação necessariamente leva ao otimismo. Por seu lado, o governo vem adotando, ainda que de maneira não sistemática, medidas que fomentam o reaquecimento do consumo. Mais do que isso, tem procurado deixar claro que esse é o objetivo de sua política econômica.

Nada mais satisfatório do que constatar sinais de que estaria próximo o encerramento da recessão. Nada melhor do que dispor de estudos setoriais, ainda que os autores deles sofram de viés favorável ao Palácio do Planalto, atestando a certeza de que a inflação será reduzida nos próximos meses, fortalecendo o poder aquisitivo dos salários. No entanto, como já salientamos nesta página, é prenho pesar os riscos dessa ofensiva psicológica. O governo deve avaliar, por outro lado, com extrema cautela, as consequências de medidas que tem promovido nessa mesma direção.

Com efeito, a decisão referente aos consórcios de automóveis não deixa de ser ilustrativa de certa dose de precipitação. O mercado de automóveis já tinha sido beneficiado com a extinção do compulsório e agora com as novas medidas para os consórcios. O mesmo ocorreu com as vendas de eletrodomésticos, cujo prazo de financiamento foi ampliado. Ou seja, aos poucos o governo dá demonstrações de que é sensível a pressões, sobretudo quando estas podem acarretar problemas sociais inquietantes.

O que preocupa é a extensão dessa folga concedida menos de um mês após a edição de outro plano de estabilização econômica. Ademais, como bem sabe o ministro da Fazenda, não há controle pleno sobre os efeitos de medidas que são superficiais. Alguns precedentes foram abertos, outros poderão vir nesse rastro, conforme a origem das pressões ou de acordo com a sensibilidade da área econômica, igualmente sujeita a oscilações.

No mercado financeiro, não há sinais suficientemente tranquilizadores. Ao contrário, diariamente di-

retores do Banco Central se vêem na obrigação de reiterar que a condução da política monetária está em perfeita sintonia com o propósito de controle da demanda. Ao mesmo tempo, alertam para o fato de não dispor de dados em dia para afinar as taxas de juro no *overnight*. Como se nota, entre a intenção de praticar uma política de juros reais e sua concretização vai distância por vezes considerável. Ela só será encurtada, assim se espera, quando o Banco Central dispuser de maior autonomia para agir, fato, aliás, que deve ser aguardado para princípios de 1988.

Claro que uma avaliação exata do presente momento não pode depender de um punhado de indicadores aleatoriamente pinçados, quem quer que seja seu autor. Não cabe ao governo iludir-se sobre os efeitos de seu plano, menos ainda sobre seu poder de controlar a demanda. Também não devem nutrir esperanças infundadas os empresários e a população a respeito de uma pretensa e repentina retomada do crescimento econômico. Antes será preciso observar resultados palpáveis no controle do déficit público, de modo a atenuar o sufoco que hoje afoga o setor priva-

*Excm. Brasil*

do. Antes será necessário verificar uma expressiva disposição ao investimento, algo que os empresários ainda não manifestaram, preocupados que estão com o andamento dos trabalhos na Assembléa Nacional Constituinte. E nunca é demais lembrar que, sem um acordo com nossos credores, qualquer retomada interna terá forçosamente vida breve, não sobrevivendo mais do que pelo curto prazo almejado pela atual política econômica.

Nesse sentido, nunca será de mais relembrar ainda a experiência do falecido Plano Cruzado. No seu início, a demanda também se revelava passível de certo controle, mas depois a persistência do congelamento pôs tudo a perder. Hoje não parece existir idêntica ameaça. O governo, porém, não pode ceder ao impulso natural de querer precipitar a reativação, nem limitar-se a lançar apelos ao empresariado para que cessem as demissões. Todo cuidado será pouco para que o plano sobreviva e cumpra seus propósitos. Não se pode desperdiçar a oportunidade (mais uma), em nome do imediatismo e do afã de acertar.